




A ATUAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS) NO LEGISLATIVO – PARLAMENTO JOVEM: PRÁTICAS E SABERES


*THE WORK OF PEDAGOGUES IN THE LEGISLATURE – YOUTH PARLIAMENT:
PRACTICES AND KNOWLEDGE*

*EL DESEMPEÑO DE LOS PEDAGOGOS EN EL PARLAMENTO LEGISLATIVO –
JOVEN:
PRÁCTICAS Y CONOCIMIENTOS*

 **Eliza Tomazia Freitas Souza**
Mestranda em Educação

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS 
Paranaíba, Mato Grosso do Sul – Brasil.
elizatsb@hotmail.com

 **Fernando Guimarães Oliveira da Silva**
Doutor em Educação

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS 
Paranaíba, Mato Grosso do Sul – Brasil.
fernando.oliveira@uems.br

Resumo: A atuação de pedagogos(as) em áreas da educação não escolar (ENE) tem ampliado a visão dos grandes centros de pesquisa a respeito dos processos formativos, dos saberes e das práticas realizadas pelo(a) profissional da área. O trabalho pedagógico realizado no legislativo é um exemplo disso: dentre as possibilidades, há o programa Parlamento Jovem (PJ), que tem como objetivo promover a participação política e a educação cívica de jovens. O presente trabalho objetiva compreender a atuação do(a) pedagogo(a) no legislativo. Nesse sentido, este estudo apresenta um recorte teórico, bibliográfico e documental com o enfoque das teorias pós-críticas das pesquisas em educação sobre o trabalho pedagógico. As ações educativas desenvolvidas no legislativo oferecem perspectivas importantes, como a formação cívica e política dos jovens, seu empoderamento e o diálogo intergeracional. Este trabalho apresenta também um recorte da pesquisa de mestrado em educação, cursado em uma universidade pública sul-mato-grossense. Ainda, atenta-se para dialogar sobre os desafios enfrentados para garantir o engajamento contínuo dos(as) jovens, a representatividade efetiva e a continuidade e apoio institucional. Apesar desses desafios, a atuação junto ao PJ pode ser promissora para fortalecer a democracia e formar futuras lideranças políticas, conscientes e engajadas.

Palavras chaves: educação não escolar; trabalho pedagógico; parlamento jovem.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

SOUZA, Eliza Tomazia Freitas; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. A atuação de pedagogos(as) no legislativo – parlamento jovem: práticas e saberes. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 70, p. 1-20, e25898, jul./set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n70.25898>



Abstract: The work of pedagogues in areas of non-school education (NSE) has broadened the view of major research centers regarding the training processes, knowledge and practices carried out by professionals in this field. The pedagogical work carried out in the legislature is an example of this. Among the possibilities is the Youth Parliament (YP) program, which aims to promote political participation and civic education among young people. The aim of this paper is to understand the role of the pedagogue in the legislature. In this sense, this study presents a theoretical, bibliographical and documentary section focusing on post-critical theories of educational research on pedagogical work, as well as on the educational actions developed in the legislature, which offer important perspectives, such as the civic and political education of young people, their empowerment and intergenerational dialog. It also presents an excerpt from a master's degree dissertation in education, carried out at a public university in the state of Mato Grosso do Sul. It also discusses the challenges faced in guaranteeing the continued engagement of young people, effective representation and continuity with institutional support. Despite these challenges, working with the YP can be a promising way of strengthening democracy and forming future political leaders who are aware and engaged.

Keywords: non-school education; pedagogical work; youth parliament.

Resumen: La labor de los pedagogos en los ámbitos de la educación no escolar (ENE) ha ampliado la visión de los grandes centros de investigación sobre los procesos de formación, los conocimientos y las prácticas que llevan a cabo los profesionales de este campo. Ejemplo de ello es la labor pedagógica que se lleva a cabo en el ámbito legislativo. El programa Parlamento Juvenil tiene como objetivo promover la participación política y la educación cívica entre los jóvenes. El objetivo de este estudio es comprender el papel de los pedagogos en el poder legislativo. En este sentido, este estudio presenta un apartado teórico, bibliográfico y documental centrado en las teorías postcríticas de la investigación educativa sobre el trabajo pedagógico, así como las acciones educativas desarrolladas en la legislatura, que ofrecen importantes perspectivas, como la educación cívica y política de los jóvenes, su empoderamiento y el diálogo intergeneracional. También presenta un extracto de un programa de investigación de maestría en educación en una universidad pública del estado de Mato Grosso. También se centra en los retos a los que hay que hacer frente para garantizar el compromiso continuado de los jóvenes, la representación efectiva y la continuidad y el apoyo institucional. Apesar de estos retos, trabajar con el Parlamento de los Jóvenes puede ser una forma prometedora de fortalecer la democracia y formar futuros líderes políticos conscientes y comprometidos.

Palabras clave: educación no escolar; trabajo pedagógico; parlamento de la juventud.

Introdução

Este estudo é um recorte bibliográfico e documental de uma pesquisa de mestrado em educação, desenvolvida junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educaç(ões) Antirracista, em Direitos Humanos e em Diversidades (NEPEA), ligado a uma universidade pública sul-mato-grossense. A pesquisa se insere no âmbito do projeto **A Pedagogia em unidades de educação não escolar em duas microrregiões do leste do estado – Microrregião 1 e Microrregião 2: processos formativos, práticas e saberes**, sem financiamento, no grupo de trabalho sobre as práticas pedagógicas na ENE.

O objetivo centra-se em compreender a atuação de pedagogos(as) no Legislativo, levando em consideração um levantamento teórico sobre as práticas, saberes e desafios enfrentados por esse(a) profissional em um espaço diferente daqueles para os quais é direcionado parte do seu processo formativo. Para isso, foi utilizado como exemplo de atuação o **Programa Parlamento Jovem (PJ)**, em razão de ser uma iniciativa que visa aproximar estudantes do ensino médio com as atividades realizadas pelo legislativo. Vale destacar que um dos autores do artigo participou diretamente desse programa, trazendo uma perspectiva prática e experiências vivenciadas em primeira mão, o que enriqueceu a análise e contribuiu para uma compreensão mais aprofundada do tema.

O processo educacional desempenha um papel crucial na formação cidadã com consciência crítica e atuante na sociedade. Para além do ambiente escolar, uma forma efetiva de promover a participação política e a educação cívica entre o corpo discente é o trabalho pedagógico realizado no legislativo, especialmente através de programas como o PJ. Neste artigo, exploraram-se as perspectivas e desafios dessa atuação junto ao PJ, destacando a importância dessa iniciativa para o desenvolvimento de uma consciência política ativa e a formação de futuras lideranças. Como pontua Bispo (2014, p. 26), é importante analisar dentro do legislativo: “a presença da ciência da educação, a Pedagogia, e dos seus sujeitos envolvidos na formação humana, nesse caso o(a) profissional pedagogo(a).”

Gohn (2006a, p. 29), em seu artigo *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*, abordou a importância da educação não formal (ENF) como um processo educativo que ocorre em diferentes espaços e contextos, como associações, grupos comunitários e organizações não governamentais. “A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais” (Gohn, 2006a, p. 29).

É válido destacar que, neste estudo, optou-se por utilizar o termo ENE ao invés de ENF. No entanto, por um cuidado ético no tratamento da informação, optou-se por trazer os conceitos de Gohn (2006a) na íntegra segundo a forma como os seus estudos consolidaram os termos. O que fica visível, a título de exposição do conteúdo, é que em ambos os casos há um tratamento dos processos educativos fora dos quadros da escolarização.

A autora enfatizou que a ENF pode complementar a educação formal, possibilitando uma formação mais abrangente e integrada. O trabalho pedagógico realizado no legislativo, por meio do programa PJ, é de extrema importância para a formação dos(as) jovens como cidadãos(ãs) conscientes e atuantes na sociedade. Diante de um cenário de desinteresse político e afastamento dos jovens em relação às questões públicas, é fundamental oferecer oportunidades que despertem o interesse e promovam a participação ativa dos estudantes no ambiente político.

A participação no âmbito do PJ suscita múltiplas perspectivas benéficas. Em primeiro lugar, ela propicia uma instrução de natureza cívica e política para proporcionar aos jovens uma compreensão abrangente sobre o funcionamento do sistema democrático e do processo legislativo. Essa apreensão reveste-se de importância fundamental na capacitação dos jovens para se tornarem cidadãos esclarecidos, possibilitando o exercício de seus direitos e obrigações com discernimento.

Gohn (2006a) destaca que a ENF é uma experiência de aprendizagem que ocorre fora das instituições formais de ensino, sendo promovida por organizações sociais, grupos comunitários e movimentos sociais. Ela enfatiza que a ENF contribui para a formação política e para o fortalecimento da sociedade civil, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários para a participação ativa na vida social. Para tanto, o trabalho pedagógico no legislativo empodera os jovens, mostrando-lhes que suas vozes e ideias são importantes e podem fazer a diferença. Ao discutir e propor soluções para problemas reais em suas comunidades, os(as) estudantes percebem que têm o poder de influenciar positivamente a realidade ao seu redor. Isso fortalece sua autoconfiança, habilidades de liderança e senso de responsabilidade cívica.

A atuação no PJ também promove o diálogo intergeracional, permitindo que os(as) jovens interajam diretamente com parlamentares e profissionais experientes. Essa troca de conhecimentos e experiências é enriquecedora, promovendo uma compreensão mútua entre diferentes gerações e contribuindo para a criação de soluções mais abrangentes e inclusivas.

No entanto, existem desafios a serem enfrentados neste trabalho pedagógico. Um deles é garantir o engajamento contínuo dos(as) jovens, incentivando-os a prosseguir sua participação política mesmo após a experiência no PJ. É necessário criar mecanismos que estimulem a continuidade desse engajamento, como grupos de discussão e atividades extracurriculares relacionadas à cidadania.

Outro desafio é assegurar a representatividade efetiva no PJ, garantindo a participação de jovens de diferentes origens étnicas, sociais, culturais e econômicas. É fundamental evitar a concentração de representantes apenas de determinados grupos ou instituições de ensino, buscando a diversidade e a inclusão como princípios fundamentais desse programa que se baseiam em vieses democráticos.

Por fim, é essencial que haja continuidade e apoio institucional para o trabalho pedagógico no legislativo. É preciso que as instituições parlamentares e os órgãos responsáveis pela educação se comprometam com a realização e expansão do programa PJ, oferecendo apoio financeiro, estrutural e pedagógico para garantir a sua continuidade e a ampliação do seu alcance para mais escolas e regiões.

Em suma, a justificativa para o trabalho pedagógico realizado no legislativo, por meio do PJ, reside na compreensão da importância de promover a participação política dos(as) jovens. Essa iniciativa apresenta perspectivas valiosas, como a formação cívica e política, o empoderamento dos(as) jovens e o diálogo intergeracional. Apesar dos desafios a serem enfrentados, a atuação do(a) pedagogo(a) encontra sentido no caráter dialógico e educativo desempenhado na orientação e coordenação junto ao programa PJ, representando uma oportunidade promissora para fortalecer a democracia e preparar as futuras gerações de lideranças políticas conscientes e engajadas.

Neste artigo, o material a seguir apresenta: 1) metodologia, 2) a gênese e a fundamentação legal da proposta do PJ; 3) perspectivas sobre ENE e o trabalho pedagógico do(a) pedagogo(a) no programa.

Metodologia

A metodologia adotada para este estudo se fundamenta em três pilares fundamentais: abordagem nas teorias pós-críticas, a pesquisa bibliográfica e documental, e a análise discursiva. Cada um desses elementos desempenha um papel crucial na busca por uma compreensão aprofundada e crítica do tema abordado. A escolha de incorporar as teorias pós-

críticas como base teórica para este estudo se justifica pela necessidade de adotar uma abordagem que vá além das perspectivas tradicionais e críticas. As teorias pós-críticas, com sua ênfase na pluralidade de vozes, na desconstrução das posições de poder e na valorização das complexidades sociais e culturais, são essenciais para analisar questões contemporâneas que não podem ser detalhadas por meio de outros paradigmas. Além disso, as teorias pós-críticas propõem um quadro teórico flexível que nos permite explorar uma ampla gama de especificações e contextos, tornando-as específicas para este estudo.

Na ENE, as abordagens utilizadas no processo de aprendizagem têm suas raízes na cultura das pessoas e dos grupos envolvidos. O método surge a partir da análise de questões da vida cotidiana; os conteúdos emergem dos temas que se manifestam como necessidades, lacunas, desafios, barreiras ou iniciativas a serem exploradas; os conteúdos não são predefinidos, mas sim construídos ao longo do processo. O método envolve uma sistematização dos modos de agir e de compreender o mundo que cerca as pessoas.

Mas como há intencionalidades nos processos e espaços da educação não-formal, há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente. Há metodologias, em suma, que precisam ser desenvolvidas, codificadas, ainda que com alto grau de provisoriedade, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não-formal. (Gohn, 2006a, p. 30).

A pesquisa bibliográfica e documental será o principal método de coleta de dados deste estudo. Isso se justifica pela natureza exploratória do tópico e pela necessidade de uma revisão abrangente da literatura existente sobre as teorias pós-críticas e os temas relacionados. Além disso, uma pesquisa bibliográfica e documental oferece a vantagem de acessar uma ampla gama de fontes de alta qualidade e aprofundamento teórico, sendo que o material pesquisado foi o relatório de desenvolvimento do PJ em um município mineiro.

Na qualidade de instrumento para revisão de literatura, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental. Conforme apresentado por Lima e Miotto (2007, p. 38), a pesquisa bibliográfica parte de situações-problema que envolvem um conjunto de proposições ordenadas; ela “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por conseguinte, não pode ser selecionado aleatoriamente” (Lima; Miotto, 2007, p. 38).

A análise discursiva é uma abordagem metodológica essencial para este estudo, pois permitirá uma compreensão aprofundada das representações, significados e narrativas presentes nas fontes bibliográficas e documentais selecionadas.

A escolha desse recurso de análise justifica-se pela necessidade de desconstrução de discursos. As teorias pós-críticas destacam a importância de desconstruir discursos hegemônicos e examinar as narrativas subjacentes que moldam as percepções sociais e culturais. Neste caso, questionou-se a formação em Pedagogia predominante para a escolarização e a importância de investigar práticas outras, como a atuação no Legislativo, a fim de enriquecer o campo de discussão científica sobre o tema. A análise discursiva fornece as ferramentas possíveis para identificar e questionar esses discursos, revelando as estruturas de poder potencialmente implícitas. Além disso, a análise discursiva permite a contextualização das fontes bibliográficas e documentais no contexto das teorias pós-críticas. Isso significa que, ao invés de simplesmente extrair informações, buscou-se interpretar o significado e a relevância delas em relação aos princípios, levando em consideração as complexidades e as contradições presentes nos discursos analisados.

Parlamento jovem: gênese e fundamentação legal

O Parlamento Jovem é um programa que busca aproximar os(as) jovens do ambiente legislativo, proporcionando uma experiência prática de participação política. Por meio desse projeto, estudantes do ensino médio têm a oportunidade de vivenciar o processo democrático, discutindo e propondo soluções para problemas relevantes em suas comunidades. Os(as) participantes são eleitos pelos colegas, passando por um processo similar ao de uma eleição oficial. O programa tem sua gênese na necessidade de envolver os(as) jovens na vida política e cívica, promovendo a formação cidadã focada no respeito aos direitos humanos.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG, 2023, s.p.) caracteriza o programa:

O Parlamento Jovem de Minas é um projeto de formação política em âmbito estadual destinado a estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros. Oferece aos jovens uma oportunidade de conhecer melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo municipal e estadual. Realizado desde 2004, em parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a PUC Minas, por meio do Instituto de Ciências Sociais (ICS) e da Pró-Reitoria de Extensão (Proex), o projeto aborda a cada ano um tema de relevância social e do interesse dos jovens, a ser trabalhado por meio de diversas atividades de estudo, debates e deliberação. Ao final, são apresentadas sugestões que podem vir a ser acolhidas pelas comissões municipal e estadual de Participação Popular e apresentadas na forma de projetos de lei e outras proposições. (ALMG, 2023, s.p.).

No Brasil, o PJ faz parte de programas de educação para a democracia nas escolas do legislativo, presentes na maioria das Assembleias Legislativas e em algumas das Câmaras Municipais brasileiras. O programa é usualmente instituído por resolução, ou seja, tem um

caráter de lei, sendo apresentado por um parlamentar. Com caráter pedagógico, compõe-se de estudantes de 13 a 18 anos. Assim, os programas devem possibilitar aos(às) estudantes a vivência do processo democrático, o conhecimento sobre o funcionamento do Poder Legislativo e a discussão de temas relevantes para a sociedade.

Benevides (1996) apresentou a cidadania participativa como parte de sua tese de livre docência. Os resultados de sua pesquisa a levaram a associar democracia participativa com a educação política do(a) cidadão(ã). Ao discutir a relação entre os conceitos de democracia e educação, a autora explica:

Democracia [...] entendida como o regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos. [...] Educação [...] a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade [...] (Benevides, 1996, p. 225).

O que fica entendido no estudo da autora é a afirmação de que, por meio da educação, observa-se que valores poderão ser alterados ou conservados. Nesse caso, a educação para a democracia comporta duas dimensões: 1) a formação para os valores republicanos e democráticos; e 2) a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis (Benevides, 1996). Mesmo diante dessas duas dimensões, Benevides (1996) ainda aponta outros três elementos indispensáveis para a compreensão da educação para a democracia: 1) a formação intelectual e a informação; 2) a educação moral e cívica; e 3) a educação do comportamento.

Não tão diferente dessa proposta de educação para a democracia, o PJ se propõe a ser uma referência de formação. A gênese do PJ está relacionada à necessidade de estimular o interesse dos(as) jovens pela política e pela cidadania, despertando neles(as) o senso de responsabilidade e participação ativa na sociedade. Através desse programa, os(as) jovens têm a oportunidade de conhecer de perto o trabalho legislativo, elaborando propostas de lei e discutindo questões que afetam suas comunidades.

A criação da Escola do Legislativo se deu em 1992 e, em 2004, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), por meio do curso de Ciências Sociais da 29ª unidade São Gabriel, em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deu início ao projeto Parlamento Jovem (Cosson, 2008).

Em síntese, o PJ surge como uma resposta à necessidade de envolver os(as) jovens na vida política e cívica, buscando promover sua formação como cidadãos(ãs) conscientes e atuantes. Sua fundamentação legal no estado de Minas Gerais está embasada na Lei 18.136, de 14 de maio de 2009 (texto atualizado), a qual institui a Política Estadual de Juventude e dá

outras providências, além de estabelecer diretrizes para a criação de programas de participação política dos(as) jovens nas escolas de ensino médio: “Art. 4º São prioridades da Política Estadual de Juventude nos dez anos subsequentes à sua implementação: V – incentivar a participação política dos jovens” (Minas Gerais, 2009, s.p.).

Com isso, o PJ se torna uma importante iniciativa para a educação política dos(as) jovens, capacitando-os para o exercício pleno da cidadania, educando-os para a democracia. Abaixo segue os principais objetivos do programa em Minas Gerais:

- Estimular a formação política e cidadã de estudantes do ensino médio, por meio de atividades que os levem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento.
- Incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de educação para a cidadania e fortalecer o Legislativo municipal.
- Propiciar espaço para vivência em situações de estudos e pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se as diferentes opiniões.
- Levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da participação democrática na discussão e decisão de questões relevantes para a comunidade. (ALMG, 2023, s.p.).

A cada edição anual, os(as) estudantes do PJ de Minas Gerais escolhem e debatem um tema de relevância social. Os(as) jovens encaminham propostas de ação legislativa sobre o tema, ao final das atividades. Essas sugestões são entregues às Câmaras Municipais e à ALMG. De acordo com ALGM (2023), o projeto é realizado em cinco etapas: 1) preparação (ações de planejamento); 2) implantação (desenvolvimento das ações); 3) etapa municipal (Câmaras desenvolvem as atividades); 4) etapa regional; (estudos, divulgações, produção de materiais junto à região); 5) etapa estadual (estudos dos documentos por meio de grupos de trabalho e leitura das propostas).

Perspectivas sobre ENE e o trabalho do(a) pedagogo(a) no programa

Gohn (2006a) destaca que a ENF é aquela que se adquire “no contexto da vida cotidiana”, por meio dos processos de partilha de experiências, especialmente em ambientes e atividades coletivas do dia a dia. Seu objetivo é ampliar as perspectivas de compreensão do mundo que envolvem as pessoas e suas interações sociais. Seus objetivos não são predefinidos, mas sim desenvolvidos de forma interativa, dando origem a um processo educacional.

Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. (Gohn, 2006a, p. 29).

Gohn (2006a) enfatiza a relação entre a ENF e a participação cidadã:

A educação não-formal tem outros atributos: ela não é organizada por séries/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do *empowerment* do grupo, criando o que alguns analistas denominam o capital social de um grupo. (Gohn, 2006a, p. 30).

O trabalho do(a) pedagogo(a) em espaços de ENE pode ser encontrado por meio de alguns educadores(as) e pensadores(as) brasileiros(as). Paulo Freire é um deles; educador brasileiro, é amplamente reconhecido como um dos principais pioneiros da educação popular e da ENE. Ele desenvolveu o conceito de educação como prática da liberdade (Freire, 1999). Seu trabalho se concentra em capacitar as pessoas marginalizadas e promover a conscientização crítica por meio da educação escolarizada ou não, uma vez que seus pressupostos orientam práticas de diferentes pessoas e grupos envolvidos no processo educativo.

A profissão de pedagogo(a) foi historicamente associada ao ambiente escolar; o reconhecimento de sua atuação em outros contextos é mais recente, se intensificando na década de 90, ocasionado pela promulgação de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e eventos mundiais que debatiam a educação em tempo integral, educação para todos(as), educação midiática, educação global etc. Isso ampliou a responsabilidade do Estado na garantia de direitos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Nos anos de 1960 e 1970, houve uma expansão do campo da Pedagogia Social, que buscava levar a educação além dos muros escolares e alcançar diferentes grupos sociais especialmente aqueles situados em linhas de opressão, vulnerabilidades diversas e atingidos pelas desigualdades sociais. Nesse período, os(as) pedagogos(as) engajaram-se em projetos comunitários, movimentos sociais e organizações não governamentais e da sociedade civil, levando a educação e o desenvolvimento humano para espaços de ENE. No nosso país, como bem pontuam Silva e Machado (2010), o trabalho do(a) profissional de Pedagogia na ENE se tratou de uma inserção tímida, ao considerá-la por meio de processos seletivos e concursos públicos. Há muitas informações sobre o reconhecimento do trabalho e do campo de pesquisas em outros países.

Sobre a atuação dos(as) pedagogos(as) em espaços não formais, Silva e Machado (2010) consideram um posicionamento interessante a se tomar ao discutir a ENE:

A discussão aqui levantada contribui para a discussão sobre a atuação do pedagogo, elegendo-se a pedagogia social, com uma prática direcionada para o suporte e o desenvolvimento de programas e projetos de educação social enquanto complemento da educação formal. Destacamos que não queremos adotar uma postura contrária à educação formal, pelo contrário, mas sim contribuir no aspecto pedagógico de uma maneira social e não tão somente formal. (Silva; Machado, 2010, p. 173-174).

Além disso, no início, os museus e centros culturais como espaços educativos e de lazer também abriram oportunidades para a atuação dos(as) pedagogos(as) e historiadores(as) fora da escola. Nas décadas de 1970 e 1980, essas instituições aprenderam a reconhecer a importância da mediação pedagógica para tornar as exposições e os acervos acessíveis e emocionantes para o público. Isso resultou na contratação de profissionais de Pedagogia para desenvolver programas educativos, atividades interativas e materiais pedagógicos.

Nessa perspectiva, Silva e Machado (2010, p. 173) entendem que: “O objetivo da ação do pedagogo do contexto não formal orienta-se para um horizonte futuro que implique, no presente, em um projeto de transformação e renovação social”. Sua formação pedagógica e sua compreensão dos processos de ensino e aprendizagem os tornam profissionais indispensáveis em diferentes contextos sociais. Seja em museus, hospitais, projetos sociais ou empresas, os(as) pedagogos(as) desempenham um papel-chave na promoção da educação, do desenvolvimento humano e da inclusão social.

Há que se ressaltar que o processo formativo preocupado com o fenômeno educacional torna a prática educativa um contexto interessante para a investigação. É o que aponta Libâneo (2012, p. 12), quanto resalta que a dimensão científica da Pedagogia nos permite compreender que ela é um campo “[...] teórico-investigativo que diz respeito ao estudo e à reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo”.

Libâneo (2012, p. 20) ainda entende que as práticas educativas e a educação são o ponto de partida e o ponto de chegada das investigações educacionais: “a exigência mais legítima e mais elementar para um investigador no campo da educação é de que sua investigação esteja subordinada ao que é peculiar e inerente às práticas educativas”. Nesse sentido, as práticas educativas não são somente as práticas escolares:

Ela facilita entender, por exemplo, que a educação não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. E se há uma diversidade de práticas educativas, há também uma diversidade de pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação, a pedagogia dos movimentos sociais, a pedagogia do trabalho etc. e, também, obviamente, a pedagogia escolar. (Libâneo, 2012, p. 12-13).

Assim, Libâneo (2012) entende que a educação está presente em diferentes lugares. Tal afirmação, como apresenta o autor, nos dá condições de afirmar diferentes Pedagogias que se constroem na interlocução com esses lugares. Isso nos leva a afirmar também, segundo o autor, que antes de se incorporar à docência, a Pedagogia se constituiu como um campo de estudos com identidade e problemática próprias.

Com o enfoque dado à amplitude de Pedagogias existentes de acordo com os espaços educacionais, nas pesquisas de Moura e Zuchetti, (2006 *apud* Silva; Machado, 2010, p. 174) podemos encontrar propostas pedagógicas engajadas em um projeto de transformação social de pessoas socialmente vulneráveis:

Em geral, trata-se de propostas engajadas (ao menos discursivamente) em projetos de transformação social que, geralmente, desenvolvem-se no âmbito do que se convencionou chamar uma educação social. Com efeito, a matriz teórico-prática da ‘educação social’ parece estar alicerçada nas inúmeras experiências de educação popular latino-americanas, principalmente, ocorridas nos anos 1960 e 1970. No entanto, na medida em que estão voltadas para mudanças objetivas no campo social, essas propostas também vão sofrendo alterações ao longo do tempo. (Silva; Machado, 2010, p. 174).

Tal perspectiva demonstra que, nos últimos anos, a atuação dos(as) pedagogos(as) em espaços não escolares tem se expandido ainda mais. A sociedade tem reconhecido a importância da educação ao longo da vida e da aprendizagem em diversos contextos, como hospitais, abrigos, empresas, prisões, comunidades marginalizadas, entre outros. Com isso, os(as) pedagogos(as) têm sido chamados a contribuir com suas competências pedagógicas, promovendo o acesso à educação e auxiliando o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e valores em diferentes públicos.

O trabalho do pedagogo não é exclusivamente pertencente aos muros das escolas ou relações construídas em torno desse gênero, mas o trabalho do pedagogo rompe com a formação essencialmente atuante em escolas para a construção de um perfil profissional com múltiplas atuações e práticas. (Silva; Machado, 2010, p. 173).

Partindo de um reconhecimento de que os(as) pedagogos(a)s desempenham um papel fundamental não apenas nas escolas, mas também em uma variedade de espaços de ENE, sua atuação em contextos fora do ambiente escolar é cada vez mais reconhecida e valorizada, uma vez que sua formação e especialização em educação são essenciais para promover o desenvolvimento integral de crianças, jovens e adultos em diferentes contextos sociais.

A fim de buscar uma experiência sobre as atividades pedagógicas na ENE ligadas ao Legislativo e desenvolvidas por uma Pedagoga, buscou-se informações em um município, onde já foi publicado um relatório final de realização das atividades do PJ. Essa busca foi possível,

porque há publicações das atividades do Programa em *sites* e indicativos das ações do PJ na região; a fonte, nesse caso, é a Câmara Municipal de Iturama/MG.

Por meio da Lei n. 4.096, de 16 de agosto de 2011, o município instituiu “[...] a escola do Legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Iturama com o objetivo de oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo Ituramense.” (CMI, 2011)

O PJ oferece aos(as) jovens formação cívica, formação política e a oportunidade de aprender sobre o funcionamento do sistema democrático e dos processos legislativos. Os(as) jovens podem compreender a importância do voto, da participação cidadã e do debate de ideias. Além disso, os(as) participantes têm a chance de adquirir habilidades essenciais, como oratória, negociação e argumentação, que são fundamentais para o exercício da cidadania e para a atuação política (ALMG, 2023). O trabalho pedagógico no legislativo promove o empoderamento dos(as) jovens, estimulando-os a pensarem em ações concretas em relação às questões que afetam suas comunidades. Ao discutirem e elaborarem propostas de lei, os(as) estudantes de ensino médio e superior compreendem que têm o poder de fazer a diferença e influenciar positivamente a realidade à sua volta. Isso contribui para a formação de líderes responsáveis e comprometidos com o bem comum.

A Câmara de Iturama participou do PJ de Minas Gerais, em sua 15ª edição, em 2018, que teve como tema “Violência contra a Mulher”. Foi coordenado por quatro colaboradores(as), entre eles(as) uma Pedagoga. Na oportunidade, foram realizadas todas as etapas, contando com várias palestras com educadores(as), psicólogos(as), advogadas, policiais militares e defensoria pública.

No *site* da Câmara do município citado, nota-se que o PJ foi desenvolvido com atividades que visavam o estabelecimento de processo pedagógico educacional com a comunidade. Inicialmente, os(as) coordenadores(as) do PJ da Câmara Municipal enviam ofícios para cada instituição de ensino, esclarecendo o que é o projeto, como e quando acontece durante o ano; também pedem participação dos(as) alunos(as). Assim que autorizada a realização das ações, logo em seguida, é feita uma reunião no plenário da Câmara Municipal com um(a) representante de cada estabelecimento educacional, onde serão propostas as ações a partir do cronograma geral do Projeto.

Nas datas sugeridas para a aplicação das atividades, foram feitas as etapas do projeto, contando com a presença de todos(as) os(as) alunos(as) e coordenadores(as) das escolas onde é demonstrado e explicado o que é o PJ para os(as) alunos(as). Em cada etapa do Projeto, a

plenária é planejada pedagogicamente, iniciando-se sempre com dinâmicas de interação com os(as) jovens e coordenadores(as). Em seguida, são desenvolvidas as atividades pedagógicas com os(as) alunos. Abaixo segue uma caracterização das atividades desenvolvidas junto à etapa municipal:

Oficinas sobre política, poderes e papel do cidadão. Formação temática por meio de oficinas para adquirir conhecimento sobre o tema da edição. A elaboração de um diagnóstico local, onde são indicadas a importância das pesquisas de campo, a fim de verificar a realidade do tema da edição no município. Discussão das propostas e redação de propostas, onde são propostas treinamento sobre técnicas de redação de propostas e dinâmicas das plenárias. (CMI, 2018, s.p.).

Ocorridas essas ações junto aos municípios, os(as) jovens se preparam para as participações nas etapas regionais, nas quais serão realizadas atividades correlatas a fim de que possam olhar para a realidade da temática principal da edição do evento sob o enfoque da regionalidade. Nos eventos que ocorrem em níveis municipal e regional, são indicados adolescentes para participarem das próximas etapas que envolvem a etapa estadual. Os(as) alunos(as) eleitos(as) representantes são empossados(as) como deputados(as) jovens e elegem uma mesa diretora, formam comissões, debatem e votam proposições, com aglutinações, ou supressões, que, futuramente após a plenária final, são encaminhadas para serem efetivamente discutidas e aprovadas pelos deputados.

Assim, a atuação dos(as) Pedagogos(as) juntamente com jovens no PJ permite uma interação direta com parlamentares e profissionais experientes, proporcionando um diálogo intergeracional enriquecedor. Essa troca de conhecimentos e experiências entre diferentes gerações é fundamental para o desenvolvimento da compreensão mútua e para a criação de soluções mais abrangentes e inclusivas.

O segundo fator é a própria temática do PJ, na edição de 2018: “Violência contra a Mulher”. Durante os meses em que durou o programa, esse tema foi o foco central dos debates, estudos e deliberação, o que estimulou os(as) participantes a refletir sobre a condição de mulheres de camadas socioeconômicas menos favorecidas, que sofrem abusos e agressões, e também sobre o papel do Estado na proteção da mulher e punição desses agressores.

Como justificado no projeto (CMI, 2018), a temática da violência contra a mulher tem sido uma preocupação crescente, refletindo a necessidade urgente de abordar essa questão de forma abrangente e eficaz, a fim de promover a igualdade de gênero e garantir a segurança e bem-estar de todas as mulheres em nossa sociedade. Por meio de debates, propostas de políticas e conscientização pública, são pensadas formas de criar um ambiente em que todas as mulheres possam viver livres do medo da violência e da discriminação, promovendo, assim, uma

sociedade mais justa e igualitária para todos. É provável que a imersão nesse universo temático tenha contribuído para aumentar a consciência dos(as) jovens em relação ao tema.

É o que informa o relatório da experiência da Pedagoga no PJ na Câmara Municipal de Iturama/MG:

A jornada começou com uma preparação intensa para o programa. Junto com a equipe da Câmara Municipal, foram desenvolvidos materiais educativos que explicam os fundamentos do projeto, os processos legislativos municipais e os direitos e responsabilidades dos cidadãos, bem como assuntos relevantes e atuais. Estes materiais (panfletos, convites, camisetas) foram desenvolvidos de forma a serem acessíveis e envolventes para os/as jovens, com atividades práticas e debates simulados. (CMI, 2018, s.p.).

Observa-se a atuação nas etapas de planejamento, preparação e execução das ações do PJ, com maior atenção para a aplicabilidade das ações por meio da produção de materiais pedagógicos sobre direitos de cidadania, democratização dos espaços de acesso às decisões e questões voltadas para o ambiente político. O que fica possível de confirmar é a prática voltada para a promoção de uma educação para a democracia nos termos indicados por Benevides (1996).

Na concepção desta autora, os valores democráticos são assuntos interessantes para uma educação para a democracia. Nesse caso, orienta-se o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para:

[...] b) o respeito integral aos direitos humanos, cuja essência consiste na vocação de todos – independentemente de diferenças de raça, etnia, sexo, instrução, credo religioso, opção política ou posição socioeconômica – a viver com dignidade, o que traz implícito o valor da solidariedade. (Benevides, 1996, p. 231).

O que considera Benevides (1996) como parte dos valores democráticos vem ao encontro da proposta do PJ com o tema da violência contra a mulher. Especialmente porque, nos quatro anos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, estivemos diante de pautas retrógradas em relação aos direitos humanos das mulheres. Eventos que se refletiam em diferentes ministérios, por exemplo, o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tinha à frente a ex-ministra Damares Alves, com discursos que colocavam a mulher na condição de responsável pela educação dos filhos e outras questões mais sérias, por exemplo: a defesa da gravidez de crianças e adolescentes (meninas entre 9 e 12 anos) estupradas e sexualmente violentadas.

O Programa Parlamento Jovem de Iturama aconteceu ao longo de vários meses e envolveu estudantes do ensino médio de diversas escolas locais. Cada escola selecionou

delegados que representariam seus colegas no programa. A primeira etapa consistiu em sessões de treinamento intensivo, nas quais os jovens aprenderam sobre o funcionamento da Câmara Municipal, como apresentar propostas legislativas e como debater de forma construtiva.

No que se refere ao envolvimento com a temática, uma das partes mais gratificantes da experiência foi observar o crescimento dos estudantes ao longo do programa. No início, muitos deles estavam hesitantes e inseguros sobre como se envolveriam no projeto e na política local. Alguns desistiram por não se identificarem com a temática. No entanto, à medida que ganharam confiança e conhecimento, eles se tornaram defensores apaixonados de questões que eram importantes para eles e para a comunidade em geral.

Observa-se que os processos pedagógicos da ENE envolvem a formação para a cidadania, promovendo diálogos, formação crítica e motivação para participar da sociedade com papel ativo na construção de debates e pautas que envolvam a todas as pessoas. Na ocasião do desenvolvimento das atividades, a Pedagoga destaca o potencial formativo da atividade do PJ.

Durante as sessões legislativas simuladas, os delegados examinaram suas propostas e debateram-nas com entusiasmo e respeito pelos pontos de vista opostos. Pode-se observar jovens líderes emergentes, comprometidos em encontrar soluções para os problemas locais. Muitas histórias de vida foram apresentadas. Houve emoção, e comoção. Algumas das propostas que surgiram nesses debates foram impressionantes e revelaram a criatividade e o pensamento crítico dos participantes.

Além das sessões legislativas, também puderam visitar Câmaras Municipais da Microrregião, onde os jovens puderam observar o processo legislativo em ação e interagir com vereadores e outros funcionários públicos. Isso proporcionou a eles uma visão prática do governo municipal e uma compreensão mais profunda de como suas ações poderiam afetar especificamente a comunidade.

Gohn (2006a) em *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*, evidencia que:

Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular a escola com a comunidade educativa de um território é um sonho, uma utopia, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual. (Gohn, 2006b, p. 36)

Para a autora, “construir cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com particularismos, é retomar as utopias

e priorizar a mobilização e a participação da comunidade educativa na construção de novas agendas” (Gohn, 2006a, p. 37).

O estudo *Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil*, de Fuks (2014, p. 428), demonstra que:

A partir da análise apresentada nas seções anteriores, não é difícil apontar os fatores responsáveis por criar condições mais ou menos favoráveis à ação do PJ na formação de jovens bem-informados e interessados por política, participativos, tolerantes e confiantes nas instituições políticas. Os principais são as características de cada dimensão do comportamento político, o grau de saliência dos objetos das atitudes e do conhecimento, o desenho e a qualidade do programa e o interesse de quem participa dele.

Apesar dos benefícios do trabalho pedagógico no legislativo, existem desafios que precisam ser superados para garantir o pleno êxito dessas iniciativas: “Esses padrões variam porque o tempo e a trajetória dos efeitos dos processos socializadores não seguem o mesmo ritmo e dinâmica para os diversos aspectos do comportamento político” (Fuks, 2014, p. 428). Na concepção do autor, pode haver uma dificuldade profissional para o tratamento das diferentes ideias e discussões propostas pelos jovens e adolescentes durante a realização das atividades de participação política. Afinal, trata-se de temas polêmicos, como é possível ver no tema da edição apontada acima. Porém, cabe ao corpo profissional uma preparação de fala coerente e coesa com os direitos humanos.

É fundamental que o engajamento dos(as) jovens se estenda além do período em que participam do Programa. É necessário criar mecanismos que incentivem a continuidade da participação após a experiência no programa, como a criação de grupos de discussão, atividades extracurriculares e a inclusão de disciplinas relacionadas à cidadania nos currículos escolares. É importante garantir que o PJ seja representativo da diversidade de realidades e perspectivas dos(as) jovens. Nesse caso, Fuks (2014) orienta a importância de assegurar a participação de jovens de diferentes origens étnicas, sociais, culturais e econômicas, evitando a concentração de representantes apenas de determinados grupos ou instituições de ensino.

Pode-se considerar, com a pesquisa documental dessa experiência de trabalho pedagógico no PJ na Câmara Municipal de Iturama, que a ENE tem o potencial de propiciar a capacitação de jovens para se tornarem ativos, comprometidos, inspirados e conscientes sobre assuntos atuais e relevantes.

É importante destacar que as abordagens metodológicas adotadas em projetos como esse estão alinhadas com os princípios apresentados por Michel Foucault, em *A ordem do discurso*, aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Suas atividades

também podem ser interpretadas como um processo comunicativo, pois valorizam a linguagem como constituinte do social e consideram a cultura em termos simbólicos e linguísticos. Segundo Foucault (1986), não existe algo oculto além do que é aparente, nem mesmo debaixo do solo que sustenta nossos passos. O que realmente existe são expressões verbais e interações que o discurso em si coloca em movimento. A análise do discurso consiste em compreender precisamente isso: as conexões históricas e as práticas extremamente tangíveis que permaneçam dinâmicas em nossos discursos.

Não se trata de desvendar mistérios nos bastidores, mas sim de explorar as complexidades das relações históricas e das ações concretas que ganham vida por meio da linguagem. Com isso, Foucault (1986, p. 143) quer dizer que “as coisas não têm o mesmo modo de existência, o mesmo sistema de relações com o que as cerca, os mesmos esquemas de uso, as mesmas possibilidades de transformação depois de terem sido ditas”. Foucault (1986) destaca a importância de examinar como as práticas discursivas são entrelaçadas com o tecido da história, revelando, assim, a vitalidade das interações presentes nos discursos.

Isso implica que dois fluxos de conhecimento ocorrem: da instituição para a comunidade e da comunidade para a instituição. Desse modo, há um processo de desconstrução contínua do papel do Estado alheio ao da comunidade e da comunidade ao interpretar que nada pode ser feito em razão de qualquer assunto que atinge o seu grupo social junto a uma esfera mais ampla em que as decisões são pensadas.

Conclusão

Apresentaram-se, ao longo deste artigo, algumas sistematizações teóricas sobre as práticas e a atuação pedagógica no Legislativo Municipal, tendo como foco de análise o exemplo do Projeto PJ desenvolvido em algumas Câmaras Municipais. Atentou-se para apresentar a experiência da Câmara Municipal de Iturama, Minas Gerais, referente a esse projeto. Refletir sobre essa experiência ajuda, enquanto pedagogos/os, a teorizar sobre aquilo que construímos sistematicamente em um projeto, além de contribuir para o debate acadêmico a partir das práxis da profissão.

O grupo de estudos citado está com um projeto de pesquisa em andamento, para levantar os campos de atuação em espaços de ENE. Nesse sentido, o trabalho pedagógico no legislativo requer um compromisso contínuo das instituições parlamentares e dos órgãos responsáveis pela educação. É fundamental que haja apoio financeiro, estrutural e pedagógico para garantir a realização desse e de outros programas, e sua expansão para mais escolas e regiões. Atentar-se

para as demandas do trabalho pedagógico em outros cenários nos faz olhar para os projetos e processos formativos em exercício.

É necessário questionar, diante desse cenário de atuação, o que se pode vincular ao projeto formativo dos cursos de Pedagogia para dar conta das necessidades desse campo de atuação. Por mais que as demandas com o processo formativo para entender relações de ensino e aprendizagem se façam presentes no PJ, ainda é possível observar questões outras, como o público atendido, o lugar, as outras profissões e as necessidades formativas do espaço, as quais se diferem de uma proposta curricular formalizada como a escolarização propõe.

O trabalho pedagógico realizado no legislativo, por meio do PJ, representa uma valiosa oportunidade de educar os jovens para a participação política ativa e o exercício pleno da cidadania. Ao proporcionar uma experiência prática e próxima da realidade parlamentar, esse programa contribui para a formação de jovens conscientes, engajados e capazes de promover mudanças positivas em suas comunidades. Apesar dos desafios que precisam ser superados, é uma perspectiva promissora para fortalecer e preparar as futuras gerações de líderes.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). *Escola do Legislativo: O que é o Parlamento*. 2023. Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ALMG). *Jovem Minas: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais*, 2018. 1 pasta. *Boletim da Secretaria*, Belo Horizonte, v. 32, n.1576, p. 4, 25 set. 2017. Disponível em: <https://pergamum.almg.gov.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Educação para a democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 38, pág. 223–237, dez. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR6LpD>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BISPO, Larissa Leslie Sena Fiuza. *O Pedagogo e a educação permanente em saúde: um estudo sobre sua atuação*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17691>. Acesso em: 12 dez. 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA (CMI). *Parlamento Jovem: “Violência Contra a Mulher”*. Edição 2018. Disponível em: <https://www.iturama.mg.leg.br>. Acesso em: 7 ago. 2023.

COSSON, Rildo. *Escolas do Legislativo, escolas de democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/636/149/1636149.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FUKS, Mário. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, dez. p. 425–449. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/XDHh3fpPdRjMmZvHbBNpZ3n/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2006b, São Paulo. *Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social*. São Paulo: FEUSP, 2006b. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 9 ago. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. Identidade da pedagogia e dos pedagogos. In: BRABO, Tania; CORDEIRO, Ana Paula; MILANEZ, Simone G. C. *Formação da pedagoga e do pedagogo: pressupostos e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 11-34.

LIMA, Tânia Cristina Sordi; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: uma pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. esp, pág. 37–45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MINAS GERAIS. *Lei nº 18.136, de 14/05/2009*. Institui a Política Estadual de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-18136-2009-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de-juventude-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, Fernando G. O. da; MACHADO, Janaína. Formação do pedagogo e a pedagogia social no cenário da educação não-formal. *Anais do Sciencult*, Paranaíba, v. 2, n. 1, p. 172-179, 2010. Disponível em: https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/user/setLocale/NEW_LOCALE?source=%2Findex.php%2Fsciencult%2Farticle%2Fview%2F3382%2F3355. Acesso em: 12 out. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Notícia: Parlamento Jovem visita o TCEMG*. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111623262>. Acesso em: 7 ago. 2023.